

Desigualdade letal

Rosane Garcia

Jornalista e umbandista (rosanegarcia.forum@gmail.com)

Em 23 de agosto último, o presidente Jair Bolsonaro editou o Decreto nº 10.774, que convoca a 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a ser realizada de 2 a 6 de maio de 2022, em Brasília, sob a coordenação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cujo tema será "Enfrentamento ao racismo e às outras formas correlatas de discriminação étnico-raciais e de intolerância religiosa: política de Estado de responsabilidade de todos nós".

Impossível não supor que se trata ação eleitoreira, principalmente devido à leniência do chefe do Executivo ante o discurso violento, racista, com termos de calão, excretados pelo titular da Fundação Palmares contra os negros e todos os movimentos organizados da sociedade civil em defesa dos direitos dos afrodescendentes. "E daí?" Se o presidente não reage, prevalece o velho adágio: "Quem cala consente", ou melhor, concorda com todas as ofensas, em franca sintonia com o pensamento e às ações dos supremacistas brancos, que, entre os seus muitos porta-vozes, tem um negro retinto à frente da Palmares.

A tão cobrada igualdade étnico-racial está longe de ser realidade no país. Não se trata de uma percepção exclusiva dos discriminados, tampouco auto vitimização ou mi-mi-mi dos não brancos. As expressões de violência não ficam restritas ao discurso ou a tentativas de tolher direitos, em afronta à Constituição, que garante(?) serem todos iguais perante à lei.

Elas se manifestam nos campos do trabalho, da educação, da saúde e, mais grotescamente, da segurança pública. Entre 2010 e 2019, o número de negros nas universidades cresceu 400%, equivalente a 38,15% dos matriculados — efeito de políticas públicas legadas a atual governo, mas bem abaixo da representatividade dos pretos e pardos no universo da população (56%).

As desigualdades socioeconômicas, reveladoras do racismo estrutural, têm reflexo nas taxas de mortalidade materno-infantil. As mulheres negras, entre 15 e 29 anos, somam mais de 54% dos óbitos maternos. Em 2019, quase 5 mil crianças e adolescentes foram vítimas da violência urbana — 75% eram negros. Das 6.416 pessoas mortas pelas forças de (in)segurança pública, 78,9% eram negros.

A pandemia do novo coronavírus ressaltou ainda mais as desigualdades. No início da imunização, uma mulher negra foi a primeira a ser vacinada. Uma boa imagem, que conquistou espaço em todas as mídias — e ali ficou. No decorrer do processo, o retrato ficou desbotado. A população não negra recebeu mais do que o dobro de imunizantes do que pretos e pardos. Até dezembro do ano passado, quando o número de óbitos passou de 202,4 mil brasileiros, 74.949 negros haviam perdido a batalha para a covid-19, contra 62.993 brancos, segundo os dados do Boletim Epidemiológico nº 50.

Os desafios à 5ª Conferência estão colocados pelos dados oficiais, reveladores do fracasso do poder público e de suas políticas para garantir, minimamente, a vida dos não brancos (parcela majoritária da sociedade) neste país, onde a miscigenação contraria a letal ideologia dos supremacistas.

(Parte deste artigo foi publicada no Correio Braziliense, na edição de 25/9/2019)